

MAIS EFICIÊNCIA COM PRIVATIZAÇÃO

ERIK BARROS PINTO / DIVULGAÇÃO

Expectativa de melhora na gestão empresarial, com qualidade e equilíbrio financeiro

Por Felipe Datt

Enquanto o setor de distribuição aguarda a retomada mais firme do crescimento do consumo de energia e comemora a manutenção da taxa de remuneração do capital em 8,09%, definida em março pela agência reguladora do setor, o assunto dominante no início de 2018 é a privatização de seis distribuidoras da Eletrobras que operam no Norte e Nordeste do país. São elas: Eletro Acre, Boa Vista Energia, Ceron, Amazonas Distribuidora de Energia, Cepisa e Ceal.

Para os especialistas, a expectativa de ganhos de eficiência e de gestão, a melhora nos indicadores de qualidade nessas operações historicamente deficitárias e o fim das interferências políticas nessas concessões justificam a passagem de bastão para a iniciativa privada. “A iniciativa de privatização merece aplausos”, afirma o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales. “Se há um fato comprovado, é a incapacidade de a Eletrobras gerir com eficiência mínima essas distribuidoras, como demonstram os prejuízos recorrentes e a performance abaixo dos parâmetros considerados razoáveis pela agência reguladora. A privatização deveria ter ocorrido há muito tempo”, diz.

A opinião é corroborada pelo coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Gesel/UFRJ), Nivalde de Castro, para quem a privatização é positiva porque as distribuidoras da holding estatal sempre tiveram interferências políticas em suas gestões. “Os indicadores de qualidade eram os piores do Brasil, o desequilíbrio financeiro era grande e isso puxava a média nacional das distribuidoras para baixo, em qualquer indicador analisado”, diz.



Para Castro, uma gestão empresarial eficiente colocará rapidamente essas empresas em situação financeira equilibrada. “Basta ver as melhorias nos indicadores ocorridas com a privatização da Cemar e da Celpa (adquiridas pela Equatorial Energia) em anos recentes.”

Os acionistas da Eletrobras aprovaram a privatização das seis distribuidoras em assembleia em fevereiro. O leilão deve ocorrer em 21 de maio. Foi estabelecido um valor simbólico de R\$ 50 mil para cada distribuidora, cifra muito inferior à avaliação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que estimou em R\$ 10,2 bilhões o valor das distribuidoras. Pelas regras do certame, além do valor mínimo de R\$ 50 mil, os compradores terão que assumir um aporte financeiro de R\$ 2,4 bilhões no capital social total das seis distribuidoras – será divulgado um edital para cada empresa.

Ainda que em uma primeira análise o negócio pa-

reça pouco vantajoso – em maior ou menor grau, essas distribuidoras acumulam prejuízos e estão localizadas em mercados com menor renda e consumo –, já há uma forte movimentação de interessados nos bastidores.

A Vinci Partners, por exemplo, já manifestou publicamente interesse nas distribuidoras. Mas Castro, do Gesel/UFRJ, enxerga três grandes players como favoritos na empreitada: grupo Energisa, Equatorial Energia e a italiana Enel. “Distribuição é um negócio que exige experiência. Esses grupos têm interesse em ampliar investimentos e possuem recursos em caixa. Vejo grande possibilidade de terem uma atuação mais agressiva no leilão”, afirma o professor.

Os acionistas decidiram que a estatal assumirá as dívidas dessas empresas, no valor de R\$ 11,2 bilhões. Por outro lado, a Eletrobras também ficará com R\$ 8,5 bilhões em créditos que as distribuidoras pleiteiam junto aos fundos setoriais de energia – a Aneel, porém, não reconhece os créditos e ainda cobra cerca de R\$ 4 bilhões das distribuidoras. Para Sales, do Instituto Acende, o interesse privado no leilão está implícito. “As empresas são capazes de profissionalizar a gestão. A questão é quanto pagar por isso. Olhando para as metas definidas no contrato de concessão, a vencedora do leilão terá que ser capaz de arcar com as dívidas e aportar investimentos necessários para que essas distribuidoras possam retomar a eficiência e melhorar a qualidade do serviço.”

O sucesso do leilão ratificará um fenômeno que teve início no fim dos anos 1990 e que se alastrou durante os anos 2000, período em que a maioria das distribuidoras de energia do Brasil passou para as mãos da iniciativa privada. Hoje, 70% do mercado de distribuição está sob

**Castro, do Gesel/
UFRJ: este
é um negócio
que exige
experiência**



LUIS USHIROBIRA / VALOR

ciação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Fonseca Leite. “Em um mercado tão regulado e exigente com questões de qualidade e de investimentos em inovações tecnológicas como o da distribuição, as estatais sofrem com uma série de amarras que dificultam a competitividade na comparação com os grupos privados. A desestatização traz agilidade e melhoria de desempenho”, diz.

Leilões à parte, é certo que 2018 é encarado como um ano de recuperação para o mercado de distribuição no Brasil, com a promessa de um retorno mais firme do consumo que permitirá que a maioria das concessionárias alcance o equilíbrio econômico-financeiro perdido nos últimos anos. Não faltaram elementos para jogar água nas expectativas do segmento desde 2012. “Foi uma tempestade perfeita que fez com que a rentabilidade caísse, o endividamento aumentasse e os principais indicadores das distribuidoras se deteriorassem”, resume Castro, do Gesel/UFRJ.

Entre os principais fatores que deterioraram os balanços nesse período está a Medida Provisória 579/2012, que impôs um regime de cotas às distribuidoras e reduziu o preço das tarifas de energia elétrica no país, a migração acelerada de grandes consumidores para o mercado de contratação livre, a crise hídrica e a recessão econômica, que reduziu o consumo e pressionou os resultados das distribuidoras. “O cenário de crise, a politização excessiva de algumas das distribuidoras estatais e o ímpeto de voluntarismo do governo para reduzir tarifas a qualquer custo geraram desequilíbrios no setor”, diz Alexandre Ditzel Faraco, sócio de Levy & Salomão Advogados.

Estudo do Gesel/UFRJ aponta que 27% das grandes empresas privadas do setor de distribuição amargaram prejuízos em 2015 e 2016. Outro levantamento, do Instituto Acende, mostra que o nível de endividamento das distribuidoras privadas aumentou, passando de 3,3 vezes a dívida líquida sobre o Ebitda em 2012 para 4,5 vezes em 2016, superando o limite de sustentabilidade tido como saudável, que é de 3,5 vezes. Com menos energia vendida, a sobrecontratação média do setor atingiu 111,6% em 2017, equivalente a um estoque de 5 GW de energia. Em 2018, a sobrecontratação média do setor deve ser de 105%.

O ano de 2018 traz, porém, notícias mais positivas para o segmento. A expectativa com a retomada mais consistente da economia é de que o consumo de energia registre um crescimento médio anual de 3,9% até 2022, prevê a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), confirmando a reação iniciada no ano passado. Em 2017, depois de dois anos seguidos de queda, o consumo de energia no Brasil registrou alta de 0,8%, sobre o ano anterior. Todos os segmentos cravaram alta no consumo, na comparação anual, com destaque para a indústria, com variação positiva de 1,3%.

“O cenário é bem mais promissor, de equilíbrio das contas das distribuidoras também pelo novo ciclo de



**Faraco,
advogado:
desequilíbrio
com politização
e voluntarismo**

revisão tarifária e pela manutenção da taxa de remuneração do capital em 8,09%, o que é um estímulo para os investimentos”, diz Leite, da Abradee. A referência é sobre a decisão da Aneel em manter a taxa anual de remuneração das distribuidoras em 8,09%, o mesmo índice que vigora desde 2015. O custo médio ponderado (ou WACC, na sigla em inglês) é utilizado para definir a remuneração das empresas do setor. O índice valerá para o biênio 2018-2019. “A redução do índice teria como consequência tirar mais de R\$ 3 bilhões de recursos das distribuidoras para investimento. Seria uma temeridade”, diz Sales, do Instituto Acende.

Com a economia em alta e a taxa de remuneração mantida, as distribuidoras programam investimentos vultosos para 2018, destinados a projetos de modernização de redes e melhoria de indicadores de qualidade do serviço prestado para os consumidores. O grupo Energisa projeta investimentos de R\$ 1,8 bilhão para 2018, dos quais R\$ 1,64 bilhão em suas nove distribuidoras. É um crescimento de 49,09% em relação ao que foi aportado apenas pelas concessionárias de distribuição do grupo no ano anterior.

Conforme o vice-presidente de distribuição do grupo, Gioreli de Sousa, os principais destinos desses investimentos são projetos de infraestrutura, como expansão e reforço de redes, melhorias de sistemas, implantação de novos equipamentos e ações para a redução de perdas não técnicas. “A retomada do crescimento econômico e do consumo pede reforço de rede e a perseguição de uma trajetória de melhoria na qualidade do serviço”, diz.

Em 2017, o grupo, que possui concessões de distribuição em nove Estados, atendendo 16,3 milhões de pessoas em 788 municípios, viu a venda de energia em suas áreas de concessão crescer 3,7%, ante 0,8% da média nacional. A diversificação de atuação em áreas distintas do país permitiu um crescimento superior à média nacional, conforme o executivo. “O destaque fica com o Centro-Oeste, pela concentração do agronegócio, que tem sido o pilar de sustentação da economia”, diz. Considerando todas as regiões, em janeiro de 2018 o crescimento do consumo foi de 3,3% e em fevereiro, de 5,6%. “O crescimento persiste. Há uma visão positiva de retomada do consumo”, afirma Sousa.